

SUMÁRIO

1.	DOS ALIMENTOS EM GERAL	15
1.1	A obrigação alimentar.....	15
1.2	Espécies	18
1.3	Quanto à natureza: alimentos naturais e civis.....	18
1.4	Quanto à causa jurídica: a lei, a vontade, o delito	21
1.5	De acordo com a finalidade: provisionais e regulares	26
1.6	Quanto ao momento da prestação: <i>futura</i> ou <i>praeterita</i>	26
1.7	Quanto às modalidades: obrigação alimentar própria e imprópria.....	27
2.	OBRIGAÇÃO LEGAL DE ALIMENTOS.....	28
2.1	Fundamentos	28
2.2	Caráter publicístico da obrigação alimentar	31
2.3	O pretendido caráter não patrimonial da obrigação alimentar.....	33
2.4	Função e conteúdo	35
3.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO E NECESSIDADE DE SISTEMATIZAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	38
3.1	No direito romano.....	38
3.2	No direito canônico.....	41
3.3	No direito comparado	42
3.4	O direito brasileiro pré-codificado.....	42
3.5	O Código Civil de 1916, a legislação posterior e a necessidade de sistematização. A frustrante reforma do Código.....	43
4.	CARACTERÍSTICAS DA OBRIGAÇÃO LEGAL DE ALIMENTOS.....	45
4.1	Alimentos como direito personalíssimo	45
4.2	Irrenunciabilidade. Art. 1.707 do Código Civil de 2002 (art. 404 do Código revogado)	46
4.3	Intransmissibilidade. Art. 402 do anterior Código Civil e art. 23 da Lei do Divórcio	47
4.4	A inovação do art. 23 da Lei do Divórcio e o art. 1.700 do Código Civil de 2002	58
4.4.1	O art. 1.700 do Código Civil de 2002.....	77
4.5	Incedibilidade.....	80
4.6	Ação de terceiro que tenha ministrado os alimentos	81
4.7	Impenhorabilidade	84

4.8	Incompensabilidade	86
4.9	Não transacionável.....	90
4.10	Imprescritibilidade	92
4.10.1	A problemática em face do Código Civil de 2002.....	94
4.11	Preferenciabilidade e indeclinabilidade	96
4.12	Irretroatividade. <i>In praeteritum non vivitur</i> e termo inicial da prestação....	97
4.13	Aplicabilidade imediata da lei no tempo	104
4.14	Irrepetibilidade.....	105
4.15	Condicionalidade e variabilidade.....	109
4.16	Reciprocidade. Art. 1.696 do Código Civil de 2002 (art. 397 do CC revogado)	109
4.17	Alternatividade da prestação. Art. 1.701 do Código Civil de 2002 (art. 403 do anterior Código Civil).....	110
4.18	Periodicidade	113
4.19	Pensão alimentícia como dívida de valor. Os arts. 22 da Lei do Divórcio e 1.710 do Código Civil de 2002; dúplice correção das pensões em atraso.....	114
4.20	A pensão alimentícia como dívida <i>portable</i>	116
4.21	Ausência de solidariedade	118
4.21.1	O Código Civil de 2002	131
4.22	Divisibilidade.....	135
4.23	Pluralidade de credores ou concurso de obrigações alimentares.....	137
5.	OBRIGAÇÃO ALIMENTAR E CASAMENTO.....	140
5.1	Dever recíproco de assistência e obrigação de sustento	141
5.1.1	A nova ordem constitucional e legal.....	145
5.2	Regime de bens e dever de sustento.....	146
5.2.1	Código Civil de 2002.....	149
5.3	Casamento inexistente, concubinato e união estável	149
5.3.1	Concubinato, união estável e alimentos no direito brasileiro	151
5.3.1.1	O “concubinato” antes da Constituição de 1988	151
5.3.1.2	Situação dos companheiros depois da Constituição.....	155
5.3.1.3	Causa da dissolução da união estável	161
5.3.1.4	Requisitos da união estável.....	163
5.3.1.5	Causa da extinção da união	166
5.3.1.6	Acordo de alimentos	167
5.3.1.7	Acordo de renúncia dos alimentos.....	168
5.3.1.8	Sucessão da obrigação alimentar	168
5.3.1.9	Ação de alimentos. Alimentos provisórios ou antecipados..	169
5.3.1.10	Cessação da obrigação alimentar.....	173

5.3.1.11 Alimentos entre companheiros e direito intertemporal	173
5.3.1.12 Relações concubinárias e uniões adulterinas.....	174
5.3.2 Alimentos nas uniões homossexuais.....	174
5.4 Casamento nulo ou anulável e obrigação de alimentos	175
5.5 Casamento putativo e obrigação alimentar (parentes).....	176
5.6 Casamento putativo e dever de alimentos entre cônjuges.....	177
5.7 Coabitação dos cônjuges sob o mesmo teto. Ausência de “comunidade con- jugal” e alimentos	183
5.8 Separação de fato e obrigação alimentar	188
5.8.1 Igualdade constitucional e obrigação alimentar.....	207
5.9 O requisito do <i>animus revertendi</i>	208
5.10 Separação de fato por iniciativa de um cônjuge	212
5.11 Modo de exercer o marido a liberação do dever alimentar.....	213
5.12 Ônus da prova da voluntariedade do abandono	214
5.13 Alimentos na separação de fato em face do Código Civil de 2002	217
5.14 Fixação do <i>quantum</i> . Excludente da desnecessidade-impossibilidade.....	221
5.15 Separação de fato consensual e acordo de alimentos	224
5.15-A Dever de alimentos pela mulher ao marido	226
5.16 Separação consensual e alimentos. A pensão alimentícia de um cônjuge ao outro e aos filhos	226
5.16.1 Verba alimentícia única para esposa e filhos	227
5.16.2 Acordo omissivo quanto aos alimentos	231
5.17 Dispensa ou renúncia de alimentos pelo separado.....	231
5.17.1 Acordo de pensão temporária, condicional ou em rendas	235
5.17.2 Cláusula de renúncia da pensão e Súmula 379.....	235
5.17.3 Posterior pedido de alimentos pelo ex-marido	243
5.18 Ação para o pedido de alimentos renunciados. Alimentos provisionais.....	243
5.19 A irrenunciabilidade dos alimentos no Código Civil de 2002.....	244
5.20 Infração do dever de manutenção da família como causa de separação liti- giosa.....	250
5.21 Alimentos e separação judicial com culpa.....	251
5.21.1 O sistema do Código Civil de 2002	256
5.21.2 Fixação da pensão.....	265
5.22 Alimentos e culpa recíproca na separação litigiosa.....	268
5.23 Alimentos na separação judicial sem culpa. Art. 1.572, §§ 1.º e 2.º, do CC.....	272
5.23.1 Código Civil de 2002.....	275
5.24 Sentença de separação judicial e concessão de alimentos	276
5.25 Alimentos e divórcio. O atual sistema de divórcio	281
5.25.1 Divórcio e renúncia dos alimentos.....	282
5.26 Alimentos e divórcio. Conversão consensual	284

5.27	Alimentos e divórcio. Conversão litigiosa	292
5.28	Divórcio direto. Fundamento e modalidades	294
5.29	Divórcio consensual direto e alimentos	295
5.30	Ação ordinária de divórcio e alimentos	299
5.30.1	No direito anterior	299
5.30.2	Alimentos no divórcio direto em face do Código Civil de 2002	303
5.30.3	Sentença de divórcio direto e concessão de alimentos	304
5.31	Alimentos provisionais entre cônjuges	306
5.32	Alimentos provisionais: discussão sobre a causa da separação	309
5.33	Oportunidade para os alimentos provisionais e sua eficácia temporal	311
5.34	Alimentos provisórios e rendas de bens comuns	321
5.35	Exoneração do ex-cônjuge. Posterior conduta irregular da mulher e procedimento indigno	325
5.35.1	União estável, concubinato, conduta irregular e procedimento indigno da ex-esposa	327
5.36	Restauração da pensão suspensa e recuperação da pensão perdida	337
5.37	Revisão da pensão alimentícia entre cônjuges	341
6.	DEVER DE SUSTENTO DOS FILHOS MENORES E INVÁLIDOS	347
6.1	O dever natural dos pais	347
6.2	Dever de sustento e obrigação alimentar	348
6.3	Nascituro e alimentos	354
6.4	Os deveres de guarda e de educação da prole	362
6.5	Dever de sustento na constância da sociedade conjugal	362
6.6	O dever de sustento da prole na separação de fato do casal	365
6.7	Nulidade do casamento e dever de sustento da prole	369
6.8	Dever de sustento da prole e dissolução da sociedade conjugal. Separação consensual	370
6.9	Dever de sustento da prole e dissolução da sociedade conjugal. Separação litigiosa	382
6.9-A	Dever de sustento da prole e dissolução da sociedade conjugal. Divórcio	384
6.10	Alimentos, direito de visita e fiscalização das despesas do alimentando	385
6.11	Da filiação extramatrimonial	389
6.12	Filiação extramatrimonial e alimentos	395
6.13	Filho nascido fora do casamento, não reconhecido, e alimentos	396
6.14	Alimentos e investigação da paternidade	396
6.14.1	Ação especial (Lei 5.478/68) e ação ordinária de alimentos (Lei 883/49 e arts. 1.705 e 1.706, CC)	399
6.15	Ação de investigação de paternidade e alimentos	405
6.15.1	Foro e juízo competente	408

6.15.2	Legitimação ativa. Representante do menor e Promotor de Justiça	409
6.15.3	Alimentos provisórios, provisionais e antecipados.....	413
6.15.4	Aspectos processuais da ação ordinária de alimentos e investigação..	419
6.15-A	Dispensa de ação investigatória com a procedência da ação de alimentos	423
6.15-A.1	A questão perante o Código Civil de 2002	432
6.15-A.2	A sentença e efeitos recursais	432
6.15-A.3	Termo inicial dos alimentos provisionais e definitivos.....	436
7.	OBRIGAÇÃO ALIMENTAR ENTRE PARENTES. OUTROS CASOS	454
7.1	Maioridade e cessação do dever de sustento do filho	454
7.1.1	A questão em face do Código Civil de 2002	464
7.2	Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes. Arts. 1.696-1.698 do Código Civil.....	468
7.2.1	O Código Civil de 2002	479
7.2.2	Pedido de alimentos pelo descendente maior	485
7.3	Obrigação alimentar entre colaterais	489
7.4	Afinidade e obrigação alimentar.....	493
7.5	Alimentos na tutela e guarda de menor	496
7.6	Adoção e alimentos.....	497
7.7	Alimentos como dever moral em favor de outros familiares	502
7.8	Alimentos e doação.....	504
8.	CONDIÇÕES OBJETIVAS DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR.....	509
8.1	A regra fundamental	509
8.2	Das necessidades do alimentário	510
8.3	Das possibilidades do alimentante.....	515
8.4	Proporcionalidade da pensão (Código Civil, art. 1.694, § 1.º) e seus elementos componentes.....	516
8.5	Base de incidência do percentual alimentício fixado.....	524
8.5.1	Décimo terceiro mês de salário e gratificações periódicas	524
8.5.2	Horas extras ou extraordinárias	527
8.5.3	Conceito de vencimentos, proventos e remuneração.....	529
8.5.4	Subsídios, verba de representação, ajuda de custo e despesas de viagem.....	529
8.5.5	FGTS, PIS-Pasep e previdência privada	531
8.5.6	Indenização trabalhista e Plano de Demissão Voluntária.....	534
8.5.7	Conversão de licença-prêmio ou férias em pecúnia	536
8.5.8	Obrigação alimentar assumida por militar e suas limitações.....	537
8.5.9	Rendimentos líquidos e sua apuração.....	539
8.5.10	Salário mínimo e outros fatores de referência ou indexação.....	539

9.	PROCESSO DA AÇÃO DE ALIMENTOS.....	540
9.1	Ação de alimentos e proximidade de sua disciplina.....	540
9.2	Ação de alimentos como ação de estado	542
9.3	Valor da causa na ação de alimentos.....	547
9.4	Foro e juízo competentes para as ações de alimentos	549
9.5	Ações de alimentos e férias forenses	554
9.6	Representação do menor na ação de alimentos	555
9.7	O Ministério Público e a ação de alimentos	559
9.7.1	A legitimação do promotor da infância e da juventude	563
9.7.2	Lei 8.560/92. Investigação e alimentos.....	567
9.8	Da prévia distribuição e da gratuidade	568
9.9	O pedido inicial e suas peculiaridades.....	569
9.10	O despacho inicial e as diligências citatórias.....	572
9.11	O prazo da contestação e a defesa do réu	574
9.11.1	Reconvenção	577
9.12	Da audiência de conciliação e julgamento.....	578
9.13	O ônus probatório e a prova. Revelia.....	583
9.14	A sentença de alimentos como sentença dispositiva. Conteúdo declaratório e eficácia retroativa	589
9.14.1	Fixação de pensão superior ao pedido inicial	591
9.14.2	Fixação da pensão em execução	592
9.14.3	Encargos da sucumbência	593
9.15	A sentença e o termo inicial da pensão alimentícia.....	595
9.16	Dos recursos e seus efeitos	597
9.17	Anulabilidade e rescindibilidade da sentença de alimentos.....	601
9.18	Ação de alimentos por iniciativa do devedor. Acordo extrajudicial e sua homologação.....	604
9.18.1	Acordo e homologação	608
10.	DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS E PROVISIONAIS	613
10.1	Conceito, compreensão e disciplina legal.....	613
10.1.1	Compreensão e abrangência	614
10.1.2	Disciplina legal. Provisórios e provisionais	617
10.2	Pressupostos e condições da pretensão provisional.....	622
10.3	Aspectos processuais	624
10.3.1	Cumulação de ações	626
10.3.2	Questões processuais	629
10.4	Mutabilidade dos alimentos provisórios/provisionais e sua eficácia temporal. Alimentos provisórios/provisionais/definitivos	635

11. REVISÃO, EXONERAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ALIMENTOS	651
11.1 Dívida de valor e cláusula <i>rebus sic stantibus</i> . Mutabilidade	651
11.2 Reajuste automático: percentual das rendas, salário mínimo; art. 1.710 do Código Civil de 2002 (art. 22 da Lei do Divórcio).....	655
11.2.1 Art. 1.710 do Código Civil de 2002 (art. 22 da Lei do Divórcio) ..	658
11.3 Ação revisional e exoneratória: competência	662
11.4 Aspectos processuais	668
11.4.1 Da ação revisional ou exoneratória como necessária	668
11.4.2 Ação, cumulação e reconvenção	669
11.4.3 Reconvenção e revisional na pendência da ação	670
11.4.4 Valor da causa	672
11.4.5 Férias forenses	672
11.4.6 Alimentos provisórios na ação revisional ou exoneratória	673
11.5 Condições da revisão e da exoneração.....	687
11.6 Causas especiais de cessação da obrigação	695
11.6.1 Inércia do credor	695
11.6.2 Indignidade do alimentando	695
11.6.3 Abandono voluntário da casa paterna	698
11.6.4 Falência do devedor	699
12. EXECUÇÃO E GARANTIAS DE PAGAMENTO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	701
12.1 Da liquidação da sentença. Título executivo.....	701
12.1.1 Legitimação do exequente e Ministério Público.....	704
12.1.2 Execução nos autos. Execução autônoma. Competência	706
12.1.3 Especificidades da execução alimentar	710
12.1.4 Desconto em folha de pagamento ou nas rendas do devedor	710
12.1.5 Desemprego posterior do alimentante	717
12.1.6 Venda de imóvel para cumprimento da obrigação.....	718
12.1.7 Cobrança pública das pensões alimentares.....	719
12.1.8 Execução de quantia certa. Penhora em dinheiro e caução para levantamento	720
12.1.9 Meios de execução. Opção. Cumulação. Mudança	721
12.2 Medidas assecuratórias do pagamento da pensão alimentar	728
12.3 Outras medidas assecuratórias da solvabilidade do devedor	734
12.4 Prestações atrasadas. Parcelamento do débito. Efeitos da mora do devedor (art. 1.710, Código Civil; art. 22, parágrafo único, da Lei do Divórcio).....	735
12.4.1 Honorários	737
12.5 Alimentos indiretos em espécie	739

13. PRISÃO DO DEVEDOR. SANÇÕES CIVIS E PENAIS.....	741
13.1 Prisão do devedor. Natureza e legitimidade.....	741
13.2 Juízo competente. Pedido e decretação de ofício	744
13.2.1 Decretação de ofício e iniciativa do pedido	744
13.3 Alimentos provisionais, provisórios e definitivos	747
13.4 Prisão civil de terceiro empregador, inventariante ou avalista.....	750
13.5 Exaurimento da execução mediante desconto ou expropriação (penhora), antecedendo à coerção pessoal (prisão).....	751
13.6 Os prazos da prisão civil	763
13.7 Parcelas e verbas computáveis na execução sujeita a prisão	766
13.8 Processo da execução especial e defesa do devedor	770
13.8.1 Voluntariedade e inescusabilidade do inadimplemento	776
13.9 Despacho que decreta a prisão. Fundamentação e pressupostos	778
13.10 Natureza do provimento denegatório ou de prisão e recurso.....	781
13.11 Mandado de segurança e <i>habeas corpus</i>	782
13.12 Limites à cognoscibilidade dos remédios constitucionais	788
13.13 Prisão civil. <i>Sursis</i> , prisão-albergue, domiciliar ou especial	795
13.14 Sustação, suspensão e revogação da ordem de prisão	798
13.15 Prisão do devedor. Efeitos e renovação do decreto.....	799
13.16 Sanção civil: perda ou suspensão do poder familiar	802
13.17 Sanções penais. Crime de abandono material.....	803
14. OS ALIMENTOS EM DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	806
14.1 Sinopse da doutrina e de legislações alienígenas.....	806
14.2 No direito brasileiro.....	807
14.2.1 Incidência e aplicabilidade dos princípios convencionais	812
14.2.2 Instituição intermediária e autoridade remetente.....	816
14.3 Homologação da sentença estrangeira de alimentos.....	817
14.4 Ação de alimentos pelo estrangeiro. Execução da sentença homologada. Revisional e exoneratória.....	821
14.5 Obrigação alimentar: expulsão e extradição do estrangeiro	824
BIBLIOGRAFIA	825